

Seminário Virtual Lei Aldir Blanc

1ª Reunião Preparatória – 9/9/2020 – 9h30min

<p>Órgãos e entidades presentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Associação Mineira de Municípios – AMM • Comissão de Gestão Estratégica relativa à Lei Federal nº 14.017/2020 – Área Técnica • Conselho Estadual de Política Cultural de Minas Gerais – Consec • Conselho Municipal de Política Cultural de Araxá • Fórum Permanente de Cultura de Minas Gerais • Fundação Clóvis Salgado • Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop • Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo de Minas Gerais • Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae Minas • Serviço Social do Comércio em Minas Gerais – Sesc-MG • Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult-MG • Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais – Sated-MG • Superintendência de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais da Secult • Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG
<p>Parlamentares e assessorias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Deputado Bosco • Assessoria do Deputado Bosco • Assessoria da Deputada Ione Pinheiro • Assessoria do Deputado Mauro Tramonte
<p>Assessoria ALMG</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT • Gerência de Comunicação em Mídias Digitais • Gerência de Jornalismo • Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI • Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC
<p>Pauta Prevista</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Palavras iniciais (Deputado Bosco) • Apresentação dos participantes da reunião: nome e entidade • Apresentação da proposta de atuação da ALMG, em parceria com a Comissão Estadual de Acompanhamento da Lei Aldir Blanc, para contribuir com a divulgação de informações e esclarecimentos relevantes sobre a implementação e a execução da Lei Aldir Blanc em Minas Gerais • Apresentação da proposta de evento • Discussão, com os participantes, da proposta de Seminário Virtual • Definição dos integrantes dos painéis (expositores e debatedores) • Encaminhamentos
	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta a reunião pelo deputado Bosco. • O parlamentar agradeceu a presença de todos e relatou que recebeu diversas solicitações de participação da Assembleia na

1ª Reunião Preparatória – 9/9/2020 – 9h30min

Transcurso da reunião / pontos importantes

articulação institucional para a implementação da Lei Aldir Blanc em Minas Gérias, devido à *expertise* em interlocução da Casa e à sua capilaridade e alcance no Estado; agradeceu ainda ao presidente Agostinho Patrus pelo parecer favorável à realização de um evento institucional logo que a demanda foi apresentada, evento que será um passo importante para a execução da lei no Estado.

- Breve apresentação dos participantes.
- O deputado Bosco relatou que houve já algumas reuniões internas com a consultoria, logo após o aval do presidente, e que foi construída uma proposta inicial dentro da ideia geral de realizar um seminário virtual que possa chegar a todos os municípios do Estado, com orientações para implementação e operacionalização da lei, lembrando que lamentavelmente nem todos os municípios têm estrutura técnica adequada, e que tem havido muitos receios em relação à prestação de contas. Soma-se a essas dificuldades o momento pré-eleitoral, em que prefeitos e vereadores estão engajados. É tarefa nossa contribuir na superação de obstáculos para uma adequada utilização da totalidade dos recursos disponibilizados pela União para apoio à cultura em Minas.
- Informou-se que a Escola do Legislativo – ELE –, que já tem interação e parceria com muitas escolas de câmaras municipais no Estado, fará um *live* sobre a Lei Aldir Blanc na próxima sexta-feira, dia 11, voltada para as câmaras municipais e assessorias jurídicas das prefeituras, e também está preparando um curso de capacitação por meio de sua plataforma de EaD.
- Relatou-se que a Diretoria de Comunicação da ALMG fará a produção de material com orientações e instruções e elaborará um plano integrado de comunicação para o seminário, com o objetivo de fazer a informação chegar em todo o Estado, envolvendo a TV Assembleia, rádio e mídias digitais, com mapeamento de públicos no cadastro institucional, além de ações do Centro de Apoio às Câmaras Municipais – Ceac.
- A equipe técnica colocou que o objetivo dessa reunião é pensar e construir coletivamente o seminário, a ser realizado por meio digital, com tempo exíguo para planejamento. A previsão é de realização na terceira semana de setembro, e o objetivo é sensibilizar e municiar gestores municipais e entidades da cultura para buscar e aplicar os recursos oferecidos pela norma. Foram pensados inicialmente quatro eixos temáticos: 1) enquadramento da Lei Aldir Blanc no processo de valorização da cultura como direito do cidadão; 2) desafios da implementação no âmbito do Estado e dos municípios; 3) segurança jurídica, prestação de contas e órgãos de controle; e 4) questões relativas ao calendário eleitoral. A programação contaria com uma mesa de abertura, importante pelo peso político, e painéis temáticos em um ou dois dias, com dois expositores e um ou dois debatedores por painel para fomentar o debate com questões levantadas por essa comissão organizadora. Durante realização, ficará aberta uma ferramenta de participação online, para a escuta de intervenções e dúvidas de todos os interessados. Essa é a proposta de um desenho inicial, mas esse coletivo pode fazer a opção por outro recorte ou foco específico.
- A representante da Consultoria Temática colocou que o apoio da Assembleia para que os municípios possam se comprometer com a execução da lei se articula principalmente com três competências da Comissão de Gestão Estratégica estabelecida pela Resolução nº 29 da Secult: contribuir no suporte e orientação aos municípios, contribuir na articulação institucional, e acompanhar a aplicação dos recursos (incisos IV, V e VI da resolução). A Casa tem grande capacidade de articulação e presença no território mineiro, e buscará trabalhar junto à comissão em toda sua missão, com foco nesses três pontos.
- A representante da Gerência de Relações Públicas colocou que os recursos da Diretoria de Comunicação serão mobilizados para que as informações cheguem a todos os prefeitos, vereadores e atores da cultura, tanto por meios massivos, como a TV Assembleia, quanto por meios mais dirigidos, nas redes com que a ALMG já tem relacionamento, sempre no sentido de tranquilizar gestores sobre a possibilidade de usar os recursos sem riscos. Informou ainda que a Casa está com dois editais emergenciais para projetos culturais abertos, Minas Arte em Casa I e II.

1ª Reunião Preparatória – 9/9/2020 – 9h30min

Transcurso da reunião / pontos importantes

- Aberta a palavra para considerações dos parceiros.
- A representação da Secult agradeceu em nome do secretário a abertura da Assembleia para essa parceria, e ressaltou a importância de trabalhar a articulação institucional, uma vez que há lacunas na articulação com diversos municípios, e também a necessidade de apresentar para os gestores municipais algo mais sólido e consistente em relação à segurança jurídica. Existe um receio de que o recurso não venha a ser utilizado, há as dificuldades de fim de mandato, e as regras não são muito claras. Seria muito positivo utilizar os recursos de forma criativa e legal. Ressaltou ainda a relevância da capilaridade das ações da Assembleia para o processo, mencionando que, apesar da rede de gestores estar junto à secretaria, há a dificuldade dos mais de 700 municípios menores que não têm estrutura, com total ausência de políticas de cultura. Lembrou ainda que os recursos não vêm via fundo, devido aos entraves da lei do sistema de cultura, e há aqui também uma oportunidade para a avaliação dessa lei, que já estava prevista, mas a mobilização em torno da Lei Aldir Blanc é oportuna para evidenciar dificuldades e entraves.
- A assessoria de comunicação da Secult relatou que têm ocorrido *lives* no canal da secretaria no Youtube todas as terças e quintas de manhã, abordando o plano de ação e vários outros pontos relacionados à temática.
- O deputado Bosco afirmou que espera que, ao fim do processo, Minas não devolva nenhum recurso, e que ele chegue aonde precisa, lembrando ainda o papel do Conecta na articulação dos conselhos.
- A representação do Fórum Permanente de Cultura colocou que as associações regionais de municípios podem ter um papel preponderante, e sugeriu envolvimento das diversas associações regionais em todo o Estado, que podem articular propostas para as prefeituras de suas regiões.
- A representação do Sesc Minas colocou a entidade, com suas 36 unidades, 25 fixas e 11 móveis, à disposição pra contribuir com o seminário e outras ações pertinentes à implementação da lei.
- O representante da Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo agradeceu a iniciativa da ALMG, lembrando que há muitas dificuldades, 80% dos municípios não tinham nenhuma experiência com fomento à cultura, e a regulamentação federal não ajudou, colocando a responsabilidade no colo dos estados e municípios, os questionamentos têm sido gerais também na rede nacional de que participa. Se trata do maior volume de recursos da cultura, e é importante construir uma voz única para que o recursos sejam utilizados e cheguem de fato a quem precisa, e as câmaras e gestores precisam muito desse assessoramento sobre como proceder.
- Colocou-se que, entre as muitas dificuldades, está a falta de um cadastro confiável e unificado sobre quem são e onde estão os agentes da cultura em Minas Gerais, e foi sugerida uma atenção na estruturação desse cadastro, que pode servir não só para implementação da Lei Aldir Blanc, mas também para ações posteriores. Há a oportunidade de estruturar um cadastro em âmbito estadual, aproveitando as capilaridades complementares das instituições envolvidas.
- Ressaltou-se que há aqui uma oportunidade para estruturar a interiorização das políticas de cultura, a pandemia mostrou com clareza onde o estado não chega, e foram sugeridos, para os desafios de implementação, o envolvimento dos pontos de cultura, para que os gestores municipais possam estabelecer parcerias com esses postos avançados, e a criação de uma força-tarefa para incentivo da participação, criação e manutenção de conselhos municipais de cultura, com mecanismos para acompanhá-los posteriormente e fortalecer a gestão eficiente da cultura, lembrando-se que muitos municípios criaram conselhos de cultura “à força”, mas sem efetividade, precisando de treinamento e apoio contínuos.
- A representação do TCE colocou que o tribunal tem um canal em seu site para esclarecer dúvidas dos jurisdicionados (www.tce.mg.gov.br/covid), e que o TCE já emitiu também um comunicado (Comunicado Sicom nº 24/2020) esclarecendo a

1ª Reunião Preparatória – 9/9/2020 – 9h30min

Transcurso da reunião / pontos importantes	<p>melhor forma para os municípios realizarem a contabilização. Destacou também o Decreto 10.464, que regulamenta a Lei Aldir Blanc, com seus diversos requisitos para utilização e prestação de contas dos recursos. Sugeriu ainda convite e participação do Ministério do Turismo e de outros representantes do governo federal no evento.</p> <ul style="list-style-type: none">• A representante do Conselho Municipal de Política Cultural de Araxá se colocou à disposição para ajudar na mobilização dos demais municípios do planalto de Araxá.• A representação do Sebrae, afirmou que o seminário pode contar com o apoio da instituição, que tem sido já acionada por municípios do interior a respeito da lei.• Colocou-se que as nossas legislações têm muitos entraves e impedimentos com relação aos órgãos de controle, o período de pandemia deixou claro que grande parte dos dispositivos não atende adequadamente as especificidades do setor cultural, e foi dado o exemplo do Ceará que simplificou mecanismos, não só em relação a documentação, mas a procedimentos.• Argumentou-se que não houve uma orientação específica do governo federal ou do Tribunal de Contas em relação às certidões negativas de débitos, e muitas das nossas instituições estão em situação delicada, com impostos e taxas em atraso, o que poderia ser solucionado com uma previsão sobre esse ponto entre os incisos das leis de calamidade pública referentes à pandemia.• Foi sugerida negociação pra inclusão do setor cultural na alteração do ICMS Solidário, o que seria de grande ajuda para os órgãos estaduais e os municípios.• O deputado Bosco agradeceu as sugestões, e solicitou à consultoria um estudo sobre a possibilidade de alteração da lei geral da pandemia para menção específica à Lei Aldir Blanc, que é posterior a ela, e também um estudo sobre a legislação do Ceará para verificação do que pode ser aplicável ao caso de Minas Gerais.• A equipe técnica solicitou aos parceiros que façam uma avaliação crítica sobre os eixos propostos e sobre o formato da programação, e que sugiram nomes para as exposições, enviando as contribuições para o endereço gpi@almg.gov.br.• A próxima e última reunião, para fechar a programação, ficou marcada para a próxima segunda-feira, dia 14, às 9h30.• Reforçou-se o convite para que todos acompanhem a <i>live</i> da Escola do Legislativo e participem das discussões pelo chat, no dia 11, sexta-feira, às 10 horas, no canal da ELE no Youtube.• Encerrada a reunião.
Próxima reunião	<ul style="list-style-type: none">• Dia 14 de setembro de 2020, segunda-feira, às 9h30min.
Tarefas combinadas	<ul style="list-style-type: none">• Solicitado aos parceiros que façam uma avaliação crítica da proposta de estruturação temática e de programação e que apresentem sugestões de expositores e debatedores para os painéis propostos. As contribuições podem ser enviadas para o endereço gpi@almg.gov.br , até o dia 11 de setembro.